



Secretaria da Educação

## **ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO 03 DE AGOSTO DE 2023**

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se no auditório do refeitório do Núcleo Administrativo Municipal a Comissão Elaboração do Currículo Integrado para a realização de mais um encontro. Para iniciar a nova Presidente da CECI a senhora Elisângela Pereira apresentou a proposta pela Secretaria Municipal da Educação, de uma formação voltada para as equipes gestoras das Unidades Educacionais denominada de Dialogando com o Texto Preliminar da Proposta Pedagógica. Após a senhora Alessandra Cain, Diretora Pedagógica da SME, retomou que na reunião do dia 26/05 com os Professores Coordenadores (PC) e Diretores de Escola foi solicitado uma formação, colocou que a formação foi pensada, considerando que os PC e Diretores seriam multiplicadores nas escolas, sendo a formação uma parceria entre SME e o Instituto Federal. Em 01 de junho foi pontuado em reunião da CECI a necessidade de uma formação realizada pelo CAP, e assim foi pensado uma formação para atender as demandas solicitadas. Assim, foi elaborada uma formação destinada aos PC e Diretores das Unidades Escolares, como multiplicadores nas escolas, com carga horária de 90 horas, sendo 30 horas presenciais e 60 horas como forma de organização do trabalho nas escolas, leituras, HTPC e HTPI, etc... A SME sentiu que a rede precisava ser sensibilizada para a participação das escolas tanto na Proposta como na elaboração do Currículo, revendo as práticas pedagógicas das escolas e para tanto a SME elaborou um texto para dar início ao movimento de reflexão nas escolas. Mas a SME deparou-se com questões legais, onde são apontados nos documentos oficiais: LDB, Deliberação COMERC, Diretrizes Nacionais, que a Proposta Pedagógica deve ser elaborada pelas escolas. Assim, em cumprimento com os dispositivos legais ficou acordado que as escolas irão construir suas Propostas Pedagógicas. Alessandra colocou que as datas que já ocorreram os encontros e a forma de organização, que priorizou-se a formação de cinco grupos para melhor acolher, ouvir as escolas e possibilitar a participação de todos. Alessandra colocou sobre a importância de estabelecer o diálogo com o Texto Preliminar pois foi elaborado pela CECI, mas é preciso envolver a participação de todos da rede e da escola, pois o currículo irá balizar toda a prática pedagógica das escolas. Após Adriano questiona quando que a ruptura com a CECI foi acordada? Alessandra responde trazendo que não enxerga como ruptura e que o que foi acordado na SME foi a formação. Que a lei é clara ao trazer que cabe as instituições de ensino a elaboração da Proposta Pedagógica, assim não é possível deslegitimar o que a legislação traz e em concomitância a isso há o trabalho com a CECI, pois a escola tem a liberdade de construir sua Proposta com a participação dos profissionais e da comunidade e essa questão foi levantada em reunião com as Presidentes da CECI e do COMERC. Dando continuidade Adriano coloca



**Secretaria da Educação**

que o que Alessandra apresentou foi o rompimento com o processo que estava ocorrendo na CECI, por meio de distorções que não fazem nenhum sentido. Que ele participou do primeiro encontro pois foi convocado, e que ficou mal impressionado com ele, que o que menos foi tratado foi sobre o Texto, que na formação foi feito um resumo das categorias, que não refletem em absoluto o Texto, que de diálogo não teve nada e que inclusive em um determinado momento ele foi convidado a ser retirado da sala, pois segundo ele, foi dito que quem não estaria concordando com o que estava sendo tratado que saísse da sala. Ele reforça que já participou de vários processos da rede e de discussões, mas nunca passou por uma situação semelhante. Segundo ele existiram várias distorções legais e históricas, pois nunca existiu uma parte diversificada do currículo segundo informação que teria sido construído com a participação da rede em 2012, o que não é verdade, segundo ele em 2012 foi discutido a composição da jornada em virtude da lei do piso. Iniciou-se uma discussão, porém, não foi aceita pela Secretaria da Educação, surgiu abaixo assinado, onde as escolas fizeram protesto contra a Secretaria da Educação e em sua fala, a Secretaria disse que quem manda sou eu e será do jeito que eu quero, então primeiro nunca houve uma parte diversificada, segundo nunca foi discutido com a rede, passou-se por cima da rede. Terceiro, na reunião confundiu-se isso ainda a matriz curricular. Precisamos comemorar esse processo, no dia 10 de março publicaram SME e COMERC uma Deliberação conjunta compondo a CECI, não se limitando apenas a construção do currículo, mas também a Proposta Pedagógica, nesse documento há a definição de Proposta Pedagógica, e fez a leitura da definição presente na Deliberação e suas categorias descritas. Explicitou que a Proposta Pedagógica traz as visões de mundo, enfatizou que somos uma rede integrada, existe uma comunidade em cada escola e existe a da rede. Ainda em 14 de março a SME elaborou um Edital, e acertadamente, pois quem tem conhecimento sobre currículo sabe que não dá pra fazer currículo do nada, sem ter a Proposta Pedagógica, do ponto de vista lógico e conceitual. Adriano continuou e fez a leitura das atribuições da CECI. Coloca que a Comissão ficou um ano trabalhando e elaborou um texto, que agradaram uns e outros não, que não é definitivo, que pode ser alterado e que será votado em Conferência. Continuou, trazendo que em uma reunião realizada entre Professores Coordenadores e diretores e a CECI, um grupo de pessoas criticaram e questionaram o texto, declarando pela compra de um currículo pronto, nessa reunião ficou claro a necessidade de uma formação acerca da Proposta, para compreender o que estava sendo proposto de modo a possibilitar que as escolas fizessem as emendas. Mas na formação foi colocado que de acordo com o artigo 12 da LDB a Proposta Pedagógica deve ser feita pela escola, e que cada escola fará a sua Proposta. Em nenhum momento no processo da CECI foi tirado das escolas a prerrogativa de construir sua Proposta, estava sendo elaborado as diretrizes da rede, o ponto de partida, os valores comuns a todos para que cada escola faça a sua. Não faz sentido mudar isso agora, pois o processo está sendo conduzido por uma Comissão que



**Secretaria da Educação**

foi constituída pra isso. A Secretária não pode chegar agora e querer acabar com tudo legitimada pela LDB. Essa questão extrapola a CECI, e essa questão é pauta da próxima reunião do COMERC, pois nós estamos fazendo algo comum a toda rede. Camila pontuou que há uma propositura diferente e nova da SME nessa formação e que se há algum movimento de diálogo e participação real ele acontece na Comissão e não se sentiu dialogando nesta formação da SME. Colocou ainda que a formação veio com propostas de trabalho nas HTPC e, portanto, os momentos de HTPC que poderiam ser utilizados para discussão sobre o Texto até então produzido pela CECI, está sendo ocupado com as tarefas da formação, portanto há sim uma outra propositura e, portanto, uma ruptura no processo, como mencionou Adriano anteriormente, pois as escolas não terão condições de fazer os 2 movimentos ao mesmo tempo, pois o tempo nas HTPC é curto, ainda pontuou sobre uma reunião que aconteceu na segunda-feira anterior a este encontro, com a Secretária da Educação e outros membros da CECI. Segundo Camila, a Secretária Valéria Velis disse que iria esclarecer o mal entendido desse primeiro encontro da formação e que não havia uma proposta de descarte da Secretaria ao texto da CECI e o que a SME iria assumir é que esse Texto seria sim um texto norteador, após modificações e aprovação na conferência, mas seria tomado como norte para as escolas. Camila relatou identificar uma outra incoerência na reunião, “pois se é um norte, se ele é preliminar, ele não pode ser concomitante, questão óbvia, ou ele é feito primeiro e ele é um norte, ou ele é feito junto e aí ele não pode ser um norte, porque se ele não está pronto, se ele não existe, não tem como ele ser base”, na compreensão dela. Pontuou também que, ainda na reunião com a secretária, relatou o que as escolas faziam geralmente na construção do PPP as escolas levam em consideração o seu contexto e toda comunidade escolar, mas que somos uma rede e o que a CECI busca é existir de fato algo que una esta rede, questionando: “e o que pode unir uma rede senão princípios e valores que estão impressos nesses documentos da Proposta Pedagógica”? Ainda afirmou que se queremos fazer um currículo integrado, essa Proposta ajuda na integração, pois se cada etapa ou nível tiver um entendimento do que é o ser humano, que indivíduo e sociedade quer formar, teremos escolas numa bolha. Os alunos da rede devem frequentar uma escola da rede que tenha um plano de vida estudantil coerente, no mínimo. Relatou que a reunião com a Secretária terminou com a mesma afirmando que não iria abrir mão que as escolas tivessem suas Propostas, mas afirmando que esse Texto Preliminar vai ser norteador. Entretanto, Camila relatou que vê pela condução desse curso oferecido, pelo que algumas pessoas as quais já participaram relataram, é de que essa formação oferecida pela SME não tem uma proposta de levar as pessoas das escolas a compreenderem o Texto produzido pela CECI, e sim ao contrário, o texto está sendo colocado a prova ou submetido a uma avaliação sob o crivo da legislação, mas de forma enviesada. Ou seja, segundo Camila, esse tipo de formação que a SME está oferecendo não contempla aquilo que a CECI havia solicitado, que era que as



Secretaria da Educação

equipes gestoras pudessem ter um apoio para essas discussões do Texto nas escolas, compreendendo o que o texto traz e, assim, pudessem concordar ou não, proporem modificações ou não, ou seja, a CECI solicitou uma coisa que não está acontecendo e talvez a solicitação das escolas mandarem proposituras para este Texto esteja prejudicada por conta disso e das demandas dessa formação. Wellington também relatou estar confuso com relação à concomitância. Citou uma reunião com Professores Coordenadores e CECI que teve dois pontos importantes: um grupo de PC desqualificando o Texto com argumentos fracos e outros PC que se dispuseram a ler o Texto e discuti-lo e apresentaram algumas questões para que fosse possível evoluir no texto. A partir dessa reunião, foi entendido que este Texto necessitava de uma formação para assimilar os conceitos utilizados no mesmo, questionando mais uma vez a concomitância da formação oferecida pela SME e a produção de outro texto sem ao menos ter finalizado o que produzido pela CECI, A Diretora Pedagógica da SME, Alessandra Cain respondeu que a formação ganhou novos aprofundamentos nesta semana e citou a participação de alguns diretores e membros da CECI que estavam presentes na reunião e poderiam ter um olhar sobre. Ressaltou que a SME respeitaria que cada escola construiria sua Proposta Pedagógica, acreditando que o documento deve partir primeiro da escola, respeitando a realidade da sua comunidade. Ressaltou os elogios que algumas escolas realizaram sobre a formação e ressaltou que nas próximas semanas a proposta formativa ficará com uma dinâmica mais clara e objetiva, pois o primeiro encontro foi mais informativo. Adriano iniciou sua fala dizendo “ficou claro pela resposta ou pela ausência de resposta, que a Secretaria não trabalha mais com aquilo que foi decidido na CECI”, direcionando sua fala à presidente da CECI e dizendo que estavam no momento do Texto Preliminar, que já havia sido enviado para as escolas, ser discutido pelos professores e que os mesmos teriam um prazo para se posicionarem, darem suas contribuições e posteriormente este Texto passaria pela Conferência para aprovação ou não, questionando o que seria feito então, pois pela sua impressão é que por ordem da SME não haveria uma continuidade. Apontou outro aspecto sobre a construção da Proposta Pedagógica pelas escolas, afirmando não ter sentido neste momento, e finalizou questionando a presidente da CECI “A CECI não existe mais? Acabou-se a CECI?”. A presidente da CECI resgatou a reunião com a Secretária da Educação a qual Camila mencionou anteriormente sobre a formação, para esclarecer que no primeiro encontro de fato não havia compreendido os caminhos da formação e a continuidade da CECI, por isso realizaram esta reunião. Elisangela colocou sua preocupação com o trabalho da CECI e que este não poderia ser desqualificado, devido a toda dedicação de vários profissionais da educação que estiveram envolvidos, questionando na reunião com a Secretária se esta formação não descaracterizaria o trabalho da Comissão. Pontuou que na reunião todas as pessoas que ali estavam presentes colocaram que não e que a CECI teria autonomia para conduzir seus trabalhos e o Texto Preliminar não seria



**Secretaria da Educação**

descaracterizado. Elisangela também colocou que participou do segundo encontro da formação e relatou que o andamento e direcionamento que foi dado foi de olhar para a legislação e também para o Texto da CECI para verificarem o que faltava ser contemplado no Texto, para posteriormente as escolas terem subsídios para enviarem as propostas de aprofundamento desse Texto. Cristina pediu a fala e relatou que não esteve presente nas demais reuniões, pois está como suplente e questionou, a partir do seu entendimento, se cada escola ficará a cargo da sua Proposta, a escola poderá seguir somente o método só tradicional? (Houve murmúrios). Jaqueline iniciou sua fala pontuando que na organização da formação há diferentes grupos e o qual participou (diferente da Camila e do Adriano), foi falado que as escolas construiriam suas Propostas Pedagógicas, porém ela não teve o entendimento de que seria concomitante e nem de que o Texto Preliminar da Proposta Pedagógica construída pela CECI seria ignorado e citou que na reunião houve sim vários questionamentos e discussões que ocorreram sobre a Proposta construída pela CECI, afirmando que compreendeu que na formação seria discutido o Texto elaborado pela CECI. Pontuou que dessa forma parece que cada grupo está seguindo um caminho. Camila pediu a fala e comentou o que a Elisangela colocou sobre as escolas olharem para a legislação e o Texto da CECI para que vissem se os aspectos legais estão contemplados neste Texto, Camila pontuou que são coisas diferentes, lembrando que o Texto da CECI não pode ser ilegal e não pode se opor ao que está previsto na lei, mas ele é um Texto que se compõe de princípios, que envolvem concepções filosóficas, psicológicas, econômicas, são concepções de outra ordem, por se tratar de uma Proposta Pedagógica, colocando isto como um ponto de complicação deste processo da formação. Keila pede que a Secretaria apresente à CECI quais caminhos serão seguidos com essa formação. Disse que, conversando com outros Professores Coordenadores, viu que não estava havendo participação e mobilização da rede, que considera necessário e importante que toda rede participe. Propõe que não haja uma descaracterização e esvaziamento da CECI e se preocupa em como a Comissão vai trabalhar daqui por diante e com a ampliação do diálogo com todos. Heluane questiona qual vai ser o papel da Conferência a partir daqui já que ela seria o lugar de culminância do processo democrático onde todas as pessoas poderiam votar tanto no Texto da CECI quanto no texto produzido pelas escolas. Igor disse que, como professor de Ciências da EJA e em articulação com o Fundamental II da Escola Agrícola, estava em seu grupo de trabalho (GT) lendo e produzindo textos. Pergunta se todo esse trabalho feito até aqui será considerado ou desconsiderado. Uelinton disse que não está tendo uma resposta objetiva da Secretaria. A Secretaria diz que não vai deixar o Texto de lado, mas vai ser produzido outro texto concomitante. Isso é uma resposta evasiva. Pergunta se o processo da CECI vai ser deixado de lado. Pede uma resposta objetiva. Adriano concorda com Uelinton e diz que existe um Edital que está vigente e agora existe um impedimento que destoa do Edital, mas é um impedimento que não é claro, é



## Secretaria da Educação

camaleônico, quando se pensa que ele está de uma cor, ele está de outro. Nas palavras de Adriano "estamos desde o começo do ano lutando para fazer o Currículo. Nossa pauta não é Proposta Pedagógica, é currículo. Mas a gente nunca consegue porque há um grupo, que foi vencido no processo de elaboração da Proposta Pedagógica, e que não aceita o resultado disso. Talvez fosse mais fácil, salutar e democrático que esse grupo se articulasse e mudasse esse Texto na Conferência. Porque se há um consenso de que esse Texto é tão péssimo e tão danoso, pode-se mudar na Conferência. Essas pessoas não entendem que a questão aqui não é o Texto. O que está em jogo aqui é o processo, a credibilidade do processo. O jogo democrático tem regras. O COMERC vai tratar disso em sua reunião porque esse é um processo que não é feito só pela Secretaria". Camila diz que a fala do Igor é mais que uma pergunta, é uma proposição. Aponta que a Secretaria não se sobrepõe à CECI. Nas palavras dela, "a CECI é uma comissão eleita e que tem representantes da Secretaria que votam como nós. Não é porque a Secretaria propõe algo paralelo, que a CECI tenha que se render a isso. Temos que ter a clareza que dispensar-nos do nosso trabalho para vir aqui seja tempo perdido, perdido no sentido de não se atingir o objetivo a que se propôs. A CECI foi constituída para um fim que talvez não aconteça por causa dessas interferências. Joseane pediu a palavra para falar sobre a formação. Fez referência a reunião de Diretores e Professores Coordenadores ocorrida em 26 de maio, na qual vários gestores fizeram colocações sobre o Texto Preliminar. Comentou que a Secretaria foi procurada por várias escolas que pediram ajuda e direcionamento na questão da análise do Texto Preliminar. Disse ter havido um esvaziamento grande dos componentes da CECI no primeiro semestre e o processo ficou prejudicado para as escolas. Lembrou que o Texto apresentado pela CECI é um Texto Preliminar e como tal necessita receber outras propostas para que haja uma Conferência. Nas palavras dela, "percebemos o movimento das escolas naquela reunião de Diretores e PC manifestando precisar de apoio, a Secretaria da Educação, como responsável por formações, abraçou isso e montou a formação Dialogando. Estamos realizando os encontros e a intenção não é fazer análise teórica, mas sim dar caminhos para as escolas para que façam a análise do Texto segundo a sua perspectiva. Devemos estar alinhados aos documentos federais: Diretrizes Nacionais para Educação Básica e BNCC. Esse momento é importante e legítimo e nenhum momento é a intenção da Secretaria retirar o Texto da CECI." Respondendo à uma pergunta de uma colega sobre o alinhamento teórico do trabalho, ela respondeu que quando olhamos para os documentos oficiais, eles indicam o que deve ser contemplado ou não, indicam quais caminhos o trabalho pedagógico deve seguir. Disse também que é isso que deve nos sustentar quando construímos o Texto. Nas palavras dela, "estamos dando estratégias para as escolas praticarem a análise do Texto, dando suporte para que eles também construam o material para apresentar no momento da Conferência." Disse também que, em nenhum momento, a intenção é desqualificar o



## Secretaria da Educação

trabalho que já vem acontecendo há muitos meses. Adriano disse que a Proposta Pedagógica é um documento que tem uma natureza e uma finalidade, não é Currículo, não é orientação curricular, não é PPP. Proposta Pedagógica é um documento de cunho teórico. Nas palavras dele, “quando se pediu uma formação, é justamente para fazer uma discussão teórica. É estranho quando vocês dizem que a proposta é não fazer uma formação teórica. Comparar texto teórico com texto de outra natureza não vai dar certo. O que foi pedido para a Secretaria foi fazer uma formação. A Secretaria não está só fazendo uma formação. A Secretaria vai pedir para as escolas fazerem seu PPP. O que foi pedido para a Secretaria foi fazer uma formação para aquele Texto. A lógica seria essa: essa Proposta Pedagógica e o Currículo irem para a Conferência e lá eles serão assentados como Currículo e Proposta Pedagógica da rede e daí as escolas fariam a sua Proposta Pedagógica e sua parte diversificada de Currículo e é isso que vocês estão mudando”. Joseane reiterou que a Secretaria está dando suporte para as escolas fazerem suas propostas que vão apresentar na Conferência. Rosemara disse estar preocupada em que a escola não ter uma referência no que se basear quando estiver escrevendo a sua própria Proposta Pedagógica e também disse estar preocupada que cada escola da rede possa estar escrevendo uma Proposta muito diferente umas das outras. Raquel pediu a palavra e pontuou que não concorda com a interferência das escolas nesse momento, pois já houve discussão exaustiva na CECI. Disse que concorda que haja formação da SME, mas que a interferência das escolas poderia fazer da Proposta um “Frankenstein”, uma “colcha de retalhos”. Nas propostas de outros municípios estudadas isso não existia, seguia-se uma linha e que se cada escola tiver uma Proposta diferente, os alunos que passam por transferência teriam que se adaptar a cada uma delas, por isso deveria se seguir uma única linha. Raquel concluiu dizendo que era um desabafo, e em suas palavras disse “desde ano passado estou sentindo uma vibração de que isso aconteceria, e eu ainda sinto a vibração de algo pior pode acontecer, mas essa vibração vou guardar pra mim”. Disse também que não tem vindo às reuniões pois não vê função nenhuma de vir. Outra pessoa (1:03:40) falou da importância de oferecer formação às agentes educacionais terceirizadas principalmente aquelas responsáveis por estudantes PAEE. Adriano pontuou que a Proposta Pedagógica produzida pela CECI é um documento de natureza teórica, portanto a formação oferecida pela SME deveria dar ferramentas para as escolas analisarem o texto dando visões teóricas a cerca da concepção que está no texto ou de outras, chamando “alguém pra ir falar”. Pontuou que a formação dada pela SME não vai contribuir em nada, e que será um desperdício confrontar um texto teórico com um texto de outra natureza. Disse que isso dá chance para a desmoralização do processo da construção do currículo que, diferente de outros municípios, Rio Claro se propôs a fazer mas que desse jeito o Currículo será comprado. Elisângela pontuou que não ficou claro para as escolas que o Texto foi montado a partir de propostas e que por isso ele é falho, já que é um Texto Preliminar, disparador das discussões nas escolas



## Secretaria da Educação

sendo o papel de cada unidade ir olhando o que é possível melhorar e encaminhar propostas. Disse que, no seu entendimento, a construção da Proposta de cada escola será em outro momento. Greice disse que precisava de esclarecimento. No seu entendimento, o Texto Preliminar construído pela CECI deveria ser discutido nas escolas e isso levou à necessidade da SME oferecer formação. Ela acredita que se a formação não for consonante com o conteúdo do Texto vai acabar atrasando o processo. Disse que precisa ficar claro para os grupos que estão participando se a formação é para dar arcabouço teórico para entendimento do Texto da CECI ou se é o momento de construção da Proposta Pedagógica da escola. Elisângela pontuou que esse assunto será tratado em reunião do COMERC e que a CECI deve dar continuidade ao trabalho que se propôs. Uelinton pediu a palavra e disse que ninguém está questionando a formação proposta pela Secretaria e sim, que se está discutindo o processo da CECI, pois ele entende que, pela fala da Alessandra, cada escola vai fazer a sua Proposta Pedagógica. Então que se precisa de uma posição mais objetiva para dar continuidade ao trabalho. Dando continuidade à pauta, Elisângela trouxe para discussão um ofício da Secretária Valéria Velis e fez a leitura na íntegra do documento. Adriano pediu a palavra e disse “ser vergonhoso” levantar essa discussão, pois se há algum problema de plágio “basta ir lá e arrumar, basta ir lá e fazer a citação”, e que isso não invalida o documento. Uelinton deu exemplo de seu texto de TCC e que pode acontecer de fazer referências sem citações mas que basta corrigir. Adriano argumentou que isso só foi apresentado pois há discordância do texto e que se há problema de citação, basta fazer as devidas referências. Disse que isso demonstra que a Secretaria não concorda com esse documento e que tem todo o direito de discordar, mas que deveria fazer isso de forma democrática levando a discussão para a Conferência. Pontuou que acha que se o Currículo não agrada, o problema será o Currículo. Alessandra argumentou que se há a situação de plágio, precisa ser corrigida para que seja guardada a ética, respeitando as normas ABNT já que o texto é público, precisa-se ter esse cuidado e passar por revisão. Luciane então levantou que essa seria uma interpretação equivocada, e que a Secretaria não está pedindo a anulação do Texto, e sim que há uma situação sendo constatada que necessita de intervenção da CECI, cabendo a Comissão tomar uma decisão com relação ao Texto. Ana Beatriz acha que, como essa observação veio da secretaria, ela deveria esclarecer em quais pontos há plágio e de qual dissertação é para que se possa fazer essa reescrita, já que há uma falha mas que a CECI pode refazer para que não se desvalorize o processo. Uelinton disse que a CECI pode requerer a quem fez a análise esses documentos para assim sejam tomadas as devidas providências. Elisângela então propôs que a CECI fizesse a solicitação à Secretaria para explicitação dos trechos em que há plágio para as devidas correções. A proposta foi aceita por unanimidade e após isso, os devidos Grupos de Trabalho foram divididos para dar continuidade ao trabalho. No retorno, cada coordenador de GT expôs a situação de trabalho do grupo ao qual pertence.



**Secretaria da Educação**